

PLANO DE ORDENAMENTO
TERRITORIAL:

ESTRUTURA PRELIMINAR DA
ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO
COLETIVA

APRESENTAÇÃO

O presente documento compreende a proposta preliminar da **Estratégia de Construção Coletiva** para o processo de elaboração do **Plano de Ordenamento Territorial (POT)** do Recife, que tem como objeto a revisão, atualização e regulamentação dos seguintes diplomas legais e instrumentos urbanísticos:

- Plano Diretor do Recife (lei nº 17.511/2008) – revisão e/ou atualização;
- Lei de Parcelamento do Solo (Lei nº 16.286/1997) – revisão e/ou atualização;
- Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.176/1996) – revisão e/ou atualização;
- Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) – regulamentação;
- Transferência do Direito de Construir (TDC) – regulamentação; e
- Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC) e Imposto Predial Territorial Urbano Progressivo (IPTU-P) – regulamentação.

A estrutura, apresentada em formato macro, traz as linhas gerais para o planejamento das atividades que terão o objetivo de garantir a participação efetiva da sociedade, bem como o controle social ao longo das etapas de diagnóstico e proposição do POT.

Tais linhas, apresentadas em formato de módulos, estão subdivididas em quatro objetivos fundamentais:

1. Garantir o acesso à informação sobre o processo de elaboração do POT;
2. Sensibilizar e mobilizar a população para as discussões envolvidas;
3. Garantir os espaços de participação e diálogo durante a fase de diagnóstico e proposição; e
4. Coordenar, juntamente com a sociedade civil, o processo de participação social na elaboração do POT.

A partir destes objetivos, a presente proposta – em formato preliminar para ser discutida e pactuada no âmbito do Grupo de Trabalho instituído para participação e acompanhamento do POT (**GT POT**), visa estabelecer os rumos iniciais para a definição dos procedimentos metodológicos que facilitarão o processo de contribuição da sociedade à elaboração do POT, conciliando suas contribuições no processo de elaboração técnica dos estudos e proposições.

De forma conjunta, esta proposta preliminar pretende estabelecer os próximos passos para a pactuação de uma agenda de trabalho voltada, principalmente, para o detalhamento das atividades que permitirão mobilizar, informar, dialogar e construir um modelo de cidade mais equitativo e pautado na diversidade social, política, econômica e cultural da cidade.

Em tempo, tratando-se de um processo participativo de permanente elaboração e pactuação, esta proposta, além de apresentar as linhas gerais para a elaboração de uma estratégia de construção coletiva para o POT, traz ainda uma proposta de cronograma preliminar para os espaços de participação social da revisão do Plano Diretor e uma agenda de trabalho no âmbito da gestão compartilhada do processo de participação social.

Por fim, ressalte-se que este documento, em suas linhas gerais, compreende o resultado de um processo de discussões e considerações, responsável pelo seu amadurecimento e que

contou com contribuições preliminares provenientes tanto da sociedade civil quanto de órgãos públicos.

FUNDAMENTOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE CIDADES

Na formatação das linhas gerais que compõem a Estratégia de Construção Coletiva (ECC), o compromisso com a participação social está contido nas conquistas da sociedade em prol de um modelo de planejamento urbano mais democrático e participativo, visando a garantia de suas contribuições no processo de tomada de decisões quanto ao futuro da cidade.

Este histórico, presente nos principais dispositivos que orientam o processo de participação social na gestão da cidade, serviram de referência para reafirmar e ampliar os espaços de escuta e diálogo, principalmente via internet, cujo acesso da população é visto como um importante fator para ampliar as vias de comunicação com a sociedade sobre o tema.

Quadro 01: Fundamentos para formatação da macroestrutura da Estratégia de Construção Coletiva

Leis/Resolução	Fundamentos
Lei Orgânica Municipal	<ul style="list-style-type: none">• Na elaboração, execução, controle e revisão do Plano Diretor será assegurada, paritariamente, na forma da lei, a participação popular, através das entidades da sociedade civil organizada, habilitadas para esse fim, e dos órgãos públicos.
Estatuto das Cidades	<ul style="list-style-type: none">• Gestão democrática c/ participação da população e associações representativas de vários segmentos da sociedade;• Promoção de audiências, debates;• Publicidade; e• Transparência.
Plano Diretor 2008	<ul style="list-style-type: none">• Proposta de revisão deverá ser apresentada para discussão em Conferência Municipal própria, com ampla participação dos segmentos governamentais e da sociedade civil;• Instituição de comissão organizadora por ato administrativo.
Resolução 25/2005 do Conselho das Cidades	<ul style="list-style-type: none">• Coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, c/ efetiva participação do Poder Público e Sociedade Civil, em todas as etapas, da elaboração à definição dos mecanismos de tomada de decisão;• Ampla comunicação pública, em linguagem acessível;• Ciência do cronograma e locais de reuniões;• Publicação e divulgação do resultado dos debates e propostas;• Garantir a diversidade por segmentos sociais, temas, divisões territoriais, locais de discussão;• Promoção de ações de sensibilização, mobilização e capacitação voltadas, preferencialmente, para lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais especializados, entre outros atores sociais;• Audiências públicas para informar, colher subsídios, debater, rever e analisar conteúdos;• Proposta do Plano Diretor deve ser aprovada em conferência ou evento similar.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROCESSO PARTICIPATIVO

Os fundamentos legais que orientam o processo participativo, tanto na elaboração quanto na revisão de Planos Diretores, serviram de referência para a consolidação da presente proposta preliminar para o processo de participação social na elaboração do POT.

Estes fundamentos orientaram o estabelecimento de **04 módulos** que servem como linhas gerais para o planejamento de atividades ao longo do processo, tanto na etapa de diagnóstico quanto no momento das proposições.

Além disso, os módulos propostos compreendem os princípios que orientam o processo, objetivando a efetiva participação e controle social do processo.

Quadro 02: Módulos da Estratégia de Construção Coletiva e princípios orientadores para as atividades

Módulos da Estratégia de Construção Coletiva	Princípios
(In)Formação	<ul style="list-style-type: none">• Publicizar conteúdos e resultados• Comunicar de forma acessível• Transparência• Divulgação de eventos e etapas
Mobilização e engajamento	<ul style="list-style-type: none">• Garantir a diversidade de segmentos nos espaços de participação• Mobilizar e sensibilizar a população em geral e representantes de vários segmentos da sociedade• Distribuir os locais de discussão no território
Construção	<ul style="list-style-type: none">• Escutar• Debater• Contribuir• Validar• Analisar de forma compartilhada• Capacitação contínua
Co-gestão	<ul style="list-style-type: none">• Gestão democrática• Coordenação compartilhada

Módulo 01: (IN)FORMAÇÃO

INTERFACE DE PARTICIPAÇÃO VIRTUAL E CONTEÚDO (IN)FORMATIVO DIGITAL

A **Interface de Participação Virtual** será o site que abrigará o conjunto de informações relativas ao processo de elaboração do POT, bem como os instrumentos para a participação e contribuição da população nas etapas de diagnóstico e proposição.

Objetiva-se, nesse intento, promover a estreita relação entre o modelo de representação democrática no processo decisório acerca dos rumos do planejamento urbano e sua legitimação, por meio da **ampla participação através de ferramentas de tecnologia da informação**.

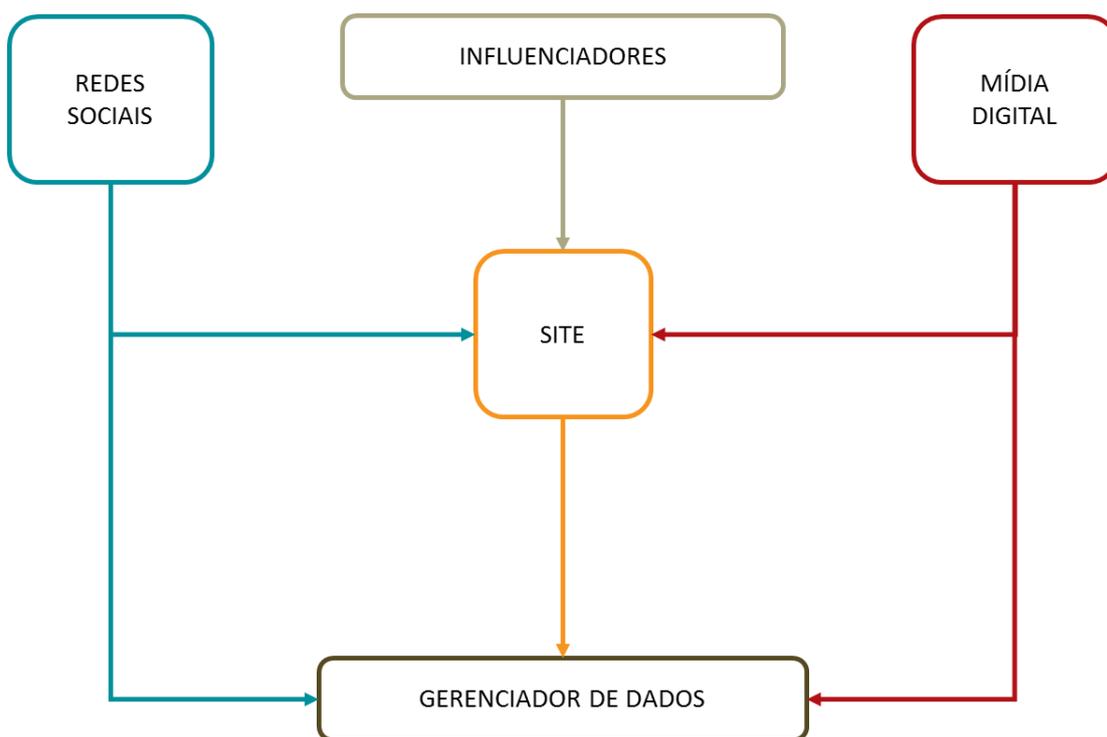
Com atribuições de **consulta; formação – através de conteúdos didáticos; contribuição; e acompanhamento**, o site terá interface amigável e linguagem clara, com o intuito de promover maior interação entre a população e o processo.

Com versões para desktop (Computador Pessoal) e smartphones (mobile), o objetivo é permitir a comodidade de acesso de usuárias e usuários às ferramentas disponíveis para participação e controle social.

Dentre seus conteúdos, destaque para:

- **Conteúdo formativo:** conceitos, temas e discussões, em linguagem acessível e diversa (vídeos, imagens etc.);
- **Produção de conteúdo educativo:** vídeos didáticos de curta duração sobre o processo de revisão do Plano Diretor, Instrumentos e Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- **Linha de construção do processo:** cronograma, etapas e agenda de eventos;
- **Glossário:** termos e conceitos abordados no processo de elaboração do POT – em linguagem técnica e acessível;
- **Instrumentais para contribuição:** por etapa (diagnóstico e proposição);
- **Documentos para consulta:** registro dos eventos, conteúdos do diagnóstico e propostas, mapa de contribuições (por tema, localização e etapa), estudos, planos e projetos utilizados como insumos;
- **Banco de dados:** dados unificados sobre as contribuições da população (presenciais e virtuais).

Figura 01: Arquitetura do processo de comunicação digital



O módulo de **(In)Formação** também engloba a arquitetura do processo de comunicação que servirá de estratégia para gerar acessos ao site do processo de elaboração do POT, utilizando conteúdos em redes sociais para promover interações e gerando informações úteis ao processo de engajamento da população acerca do processo – em ambiente virtual.

Esta arquitetura compreende a necessidade de uma **mobilização ativa nos canais virtuais de interação social – redes sociais**, com o intuito de difundir informações e conhecimento sobre o processo de elaboração do POT e sensibilizar a população em geral sobre a importância de sua participação no processo de concepção de propostas e tomada de decisões.

Para tanto, é crucial a **adoção de novas linguagens** neste processo. A produção de mídias digitais, nesse sentido, desempenhará um papel de sensibilização junto à sociedade numa perspectiva de promover o engajamento, encurtando, assim, as distâncias entre a população e os processos participativos que orientam o planejamento de políticas de desenvolvimento urbano.

Outro quesito a ser considerado nesta estratégia é a atuação de **influenciadores digitais**, pessoas ou entidades que, pela sua presença e atuação nas redes sociais, podem desempenhar um papel de mobilização e difusão de informações acerca do processo e, conseqüentemente, despertar o interesse junto à sua rede de relações em relação ao processo de elaboração do POT.

Módulo 02: MOBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO TERRITORIAL/VIRTUAL

RECONHECIMENTO DOS AGENTES ENVOLVIDOS E SUA DIVERSIDADE POLÍTICA E TERRITORIAL

Uma construção coletiva pressupõe o envolvimento dos diversos agentes que nutrem em sua atuação política o debate sobre temas relevantes para o desenvolvimento da cidade. De certo, a diversidade destes agentes traz, em si, uma pluralidade de concepções que, oportunamente, por meio do diálogo, promovem discussões fundadas no contraditório, ou seja, na singularidade de suas visões sobre o tecido urbano e sua complexidade.

Equalizar estas dissonâncias requer um conjunto de ações que visem a aproximação destes segmentos e a possibilidade de visualizar o contrário. Trata-se, assim, de promover a visão de alteridade que ensaia um caminho equilibrado para a discussão de pautas sensíveis ao curso do desenvolvimento da cidade.

Para tanto, a mobilização da sociedade e seu diverso entendimento sobre a cidade demanda a compreensão de sua organização e distribuição por meio de segmentos que, por sua vez, compreendem suas representações políticas acerca do modelo de cidade que concede o sentido às suas pautas. Nesse sentido, cumpre ao módulo de Mobilização e Engajamento Territorial/Virtual a identificação destes segmentos e sua perspectiva de atuação e articulação com recortes territoriais da cidade.

Dentre os principais segmentos, a proposta preliminar destaca:

- **Movimentos Sociais e Populares**
- **Sociedade técnica e acadêmica (Entidades de Classe, Instituições de Ensino Superior, Conselhos Profissionais)**
- **Órgãos Públicos**
- **Empresariado**
- **Sociedade Civil Organizada (Sindicatos, ONGs, Associações etc.)**

Articulando a atuação destes segmentos com o território, cumpre considerar, na estrutura de organização de políticas públicas e planejamento da administração municipal, os recortes políticos e administrativos que permitam enxergar, por uma perspectiva ampla, a sobreposição de pautas, reivindicações e agentes no processo de discussão sobre a cidade e seu futuro. Nessa perspectiva, as Regiões Político Administrativas do município, serviu de referência preliminar para a compreensão de tais questões e sua articulação com representações locais – lideranças comunitárias – que capilarizam as discussões sobre diversos temas que têm relação com o processo de elaboração do POT.

Dessa forma, a Região Político Administrativa (RPA) é, preliminarmente, o recorte territorial proposto para o processo de revisão do Plano Diretor, tendo em vista a possibilidade de utilização das redes de mobilização e articulação pré-existentes, bem como sua interface com outras políticas setoriais e o planejamento orçamentário do município.

Ademais, tratando-se de uma leitura ampla sobre o espaço urbano da cidade, tanto a leitura comunitária para o diagnóstico quanto a fase propositiva extrapolam os limites destes recortes, não restringindo as possibilidades de contribuição da população ao âmbito local de suas relações mais imediatas com o território. O intuito, portanto, é considerar a cidade como um todo, estimulando a compreensão de articulação entre as singularidades do território e sua perspectiva de ordenamento.

Diferentemente, para a revisão da **Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS)**, bem como o detalhamento que regulamenta a aplicação dos instrumentos previstos no POT (IPTU-P; TDC; PEUC; OODC), o recorte territorial poderá ser modificado, atendendo à necessidade de uma discussão pormenorizada acerca da realidade territorial mais imediata à população. Tal recorte, inclusive, poderá ser proposto a partir do aprofundamento da leitura urbana durante o processo de diagnóstico para a revisão do Plano Diretor.

Figura 02: Segmentos sociais e recorte territorial para revisão do Plano Diretor



SENSIBILIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO SOCIOTERRITORIAL/VIRTUAL

As ações de sensibilização, mobilização e engajamento representam, talvez, o conjunto de esforços cruciais para a garantia da participação e controle social. Por meio de suas ações que a população será alcançada por materiais de divulgação e conteúdos relativos às discussões envolvidas no processo de elaboração do POT.

Para além da ampla publicidade sobre o processo, sua função também recai sobre a necessidade de promover o envolvimento da população de forma permanente, destacando a importância deste controle social durante todas as fases do processo de forma objetiva, lúdica e diversa – meios de divulgação, linguagens e formato.

Dessa forma, suas ações compreendem dois momentos com abordagens distintas. O primeiro deles é o **ponto de partida**, cuja estratégia é a produção de conteúdo publicitário e de divulgação com o objetivo de garantir a ampla visibilidade sobre o processo, seus objetivos, relevância e efeitos na vida da população.

Já o segundo momento, de caráter permanente, compreende as ações de envolvimento, retroalimentadas pelos resultados do processo participativo e de interações da população com o material de comunicação produzido.

Assim, esta estratégia preliminar propõe:

- Mobilização contínua dos diversos segmentos da sociedade e lideranças comunitárias por redes de articulação;
- Engajamento virtual da população por meio de redes sociais, utilizando linguagem acessível e recursos interativos;
- Campanha publicitária para lançamento do processo de Revisão do Plano Diretor (TV, Rádio, Jornais etc.);
- Campanha de sensibilização em mídias sociais (Facebook);
- Mobilizações por redes de articulação realizadas pela PCR, Sociedade Civil e Concidades;
- Notificações sobre eventos por mailing e Whatsapp;
- Monitoramento de interações nas redes sociais por tema e geolocalização – produção de conteúdos específicos para sensibilização e nivelamento/formação;
- Utilização da ID Virtual (login de usuárias e usuários em redes sociais – Facebook) para interagir com conteúdos digitais (enquetes, lives etc.) e contribuir na Interface Digital (dispensando cadastro).

Módulo 03: CONSTRUÇÃO

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA NA ELABORAÇÃO DO POT

O módulo 03 (Construção) compreende as linhas gerais que formatam, principalmente, os espaços de participação social de natureza presencial. Nele, constam os momentos de participação que dialogam, intimamente, com o processo de elaboração do POT e suas distintas etapas: fases de diagnóstico e proposições.

Destacando que a formatação destes espaços – compreendendo sua organização, facilitação e sistematização – está inserida num processo colaborativo de discussão e planejamento, a presente proposta aponta para a necessidade de um esforço conjunto visando a garantia de espaços legítimos para escutas, debates, contribuições e validação durante a elaboração do POT, que serão consolidados no âmbito da gestão compartilhada do processo de participação social. Nesse sentido, reitera-se o caráter macro desta proposta preliminar, bem como a perspectiva na qual o detalhamento destes espaços – a exemplo de sua metodologia de facilitação, serão construídos e delineados no âmbito do GT POT, principalmente em relação ao Regimento Interno necessário para a Conferência do Plano Diretor.

Dessa forma, este módulo terá a responsabilidade de:

- Estruturar a metodologia do processo de construção coletiva: espaços de escuta, debates, contribuições e validação;
- Apresentar métodos de facilitação e dinâmica, registro e conteúdos dos espaços de construção e regimento (Conferência do Plano Diretor): Consultas e Devolutivas por RPA e/ou outros Recortes Territoriais, Oficinas Temáticas/Segmentos, Conferência do PD e Audiência Pública;
- Analisar e debater conteúdos finalizados; e
- Analisar e discutir conteúdos finalizados a serem disponibilizados na Interface Digital do POT.

Inicialmente, estão propostos 34 espaços presenciais, entre escutas, debates, contribuições e validação durante a elaboração do POT – compreendendo as etapas previstas na revisão do Plano Diretor e LPUOS/ Instrumentos. No entanto, destaca-se um possível incremento destes espaços, tendo em vista a articulação de outros agentes neste processo – entre órgãos públicos, entidades da sociedade civil e movimentos sociais.

Cumprir destacar que, neste processo, a revisão/alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo, assim como a de Parcelamento, ocorrerá em etapa posterior à revisão do Plano Diretor, tendo em vista o fato de comporem uma única legislação (LPUOS – Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo), momento no qual será oportuna a discussão relativa à regulamentação dos instrumentos urbanísticos previstos na elaboração do POT (OODC, IPTUP, PEUC e TDC).

O módulo, assim como toda a estratégia, também reitera a necessidade de promover a equidade de gênero no processo de participação social, considerando, para tanto, a necessidade de se discutir questões sensíveis durante seu processo de pactuação, a exemplo

da proposta de paridade de gênero no processo de eleição de delegadas e delegados para a Conferência do Plano Diretor.

ESPAÇOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

Interface de Participação Virtual

Mobilização e Sensibilização da Sociedade



Módulo 04: CO-GESTÃO

Com a finalidade de acompanhar, monitorar e avaliar o processo de participação social na elaboração do POT, o Grupo de Trabalho do Plano de Ordenamento Territorial (**GT POT**) foi instituído por meio da Resolução nº 001, de 04 de maio de 2018, do Conselho da Cidade do Recife, com base em decisão tomada pela maioria de seus membros.

Presidido pelo Instituto da Cidade Pelópidas da Silveira (ICPS), o GT POT é composto por 16 membros titulares:

- 06 membros da Administração Pública Municipal;
- 04 membros de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, bem como movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental e a articulações da sociedade civil;
- 04 membros representando as entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e os conselhos profissionais com atuação na temática urbana ou ambiental e ainda as organizações não governamentais (ONG) voltadas à temática urbana ou ambiental; e
- 02 representantes do empresariado ligado ao desenvolvimento urbano.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES NA CO-GESTÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

- Formular e coordenar, em conjunto com o Poder Executivo Municipal, a proposta do Processo Participativo de elaboração do POT
- Monitorar o processo participativo
- Avaliar, discutir, recomendar e formular propostas sobre o POT ao Plenário e à Presidência, mediante relatório de acompanhamento
- Participar da organização e da coordenação das discussões relativas à Conferência do Plano Diretor e dos demais espaços participativos
- Promover articulações com representantes e técnicos de órgãos e entidades públicas, privadas e movimentos sociais

AGENDA PRELIMINAR DO GT POT PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

- **21/05:** Macroestrutura da Estratégia de Construção Coletiva e metodologia de facilitação para Consultas Públicas Territoriais (Leitura Comunitária);
- **Entre 28/05 e 29/05:** Instrumental para Consulta Pública Territorial e que será disponibilizado na Interface Virtual;
- **Entre 25 e 26/06:** Metodologia de facilitação das Oficinas Temáticas e Segmentos;
- **Entre 02 e 03/07:** discussão sobre a elaboração do regimento da Conferência do Plano Diretor e eleição de delegadas/os;

- **Entre 09 e 10/07:** Apresentação dos resultados do Diagnóstico Propositivo para a Revisão do Plano Diretor e de seu Processo Participativo – Reunião Pública no Concidades;
- **Entre 16 e 17/07:** Metodologia de facilitação para Consultas Públicas Territoriais (Devolutivas) e eleição de delegadas/os para a Conferência do Plano Diretor;
- **Entre 23 e 24/07:** Apresentação de proposta preliminar para o Regimento da Conferência do Plano Diretor;
- **Entre: 20 e 21/08:** Conteúdos que serão trabalhados nas capacitações para delegadas/os eleitos, a partir do Caderno de Propostas;
- **Entre 27 e 28/08:** Apresentação do Caderno de Propostas para a Revisão do Plano Diretor e de seu Processo Participativo – Reunião Pública no Concidades;
- **Entre 01 e 02/10:** Apresentação da Minuta do Plano Diretor após o período de disponibilização na Interface de Participação Virtual (Minuta Participativa) e do Relatório Consolidado do Processo de Participação Social – Convocatória de Plenária do Concidades para apresentação;
- **Entre 15 e 19/10:** Apresentação da Minuta do Plano Diretor em Plenária do Concidades e do Relatório Final do Processo de Participação Social.

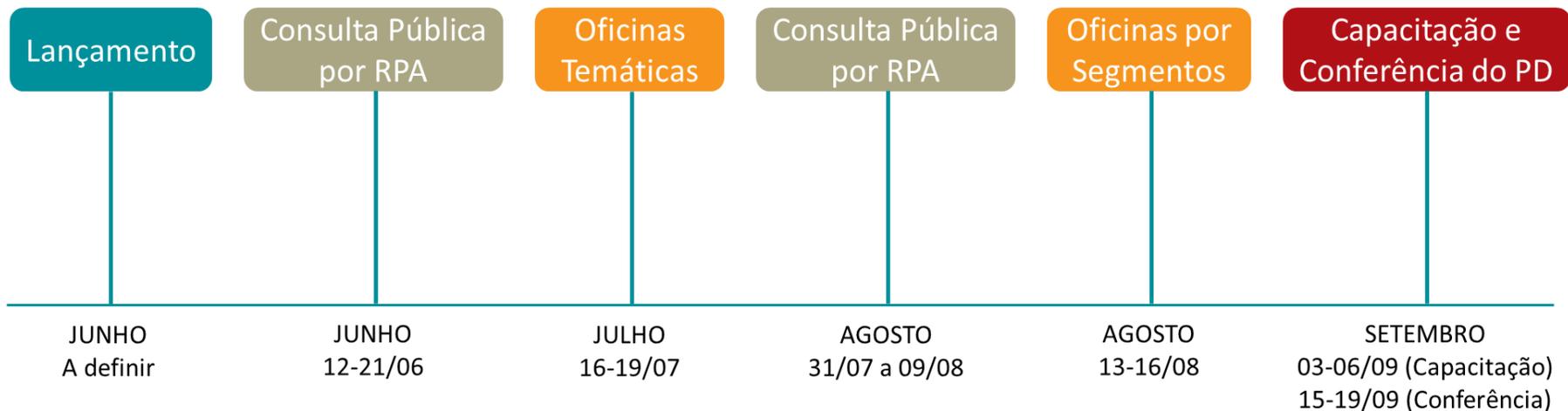
CRONOGRAMA PRELIMINAR DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL – REVISÃO DO PLANO DIRETOR

EVENTO	OBJETIVO	INTERFACE VIRTUAL	DATA	PÚBLICO	QUANTIDADE	TURNOS	DURAÇÃO
Lançamento	Divulgação dos canais de participação presenciais e lançamento do canal virtual (Estratégia de Comunicação e Interface Digital).	Será lançada no evento, com transmissão online.	Entre 04/06 e 08/06	Segmentos e público em geral	Não se aplica	A definir	3 horas
Consulta Pública por RPA	Coleta de informações para Leitura Comunitária e contribuições para a Proposta de Revisão do Plano Diretor. A ser indicado, no detalhamento da mobilização, alternativas para transporte nas diversas microrregiões e a busca da alternância dos locais para maior cobertura. Conta com espaço de recreação para crianças.	Disponibilização do instrumental utilizado nas consultas presenciais para contribuição por no mínimo 15 dias.	Entre 12 e 21/06	Segmentos, lideranças comunitárias e público em geral (no mínimo 120 pessoas por evento)	06 consultas públicas (1 por RPA)	Noturno (terças, quartas e quintas)	04 horas
Oficina Temática	Debates sobre temas relevantes, definidos a partir das Consultas Públicas, visando a elaboração de propostas.	Não se aplica	Entre 16 e 19/07	Segmentos e especialistas sobre os temas definidos (60 pessoas por oficina)	06 oficinas	Manhã/ tarde	04 horas

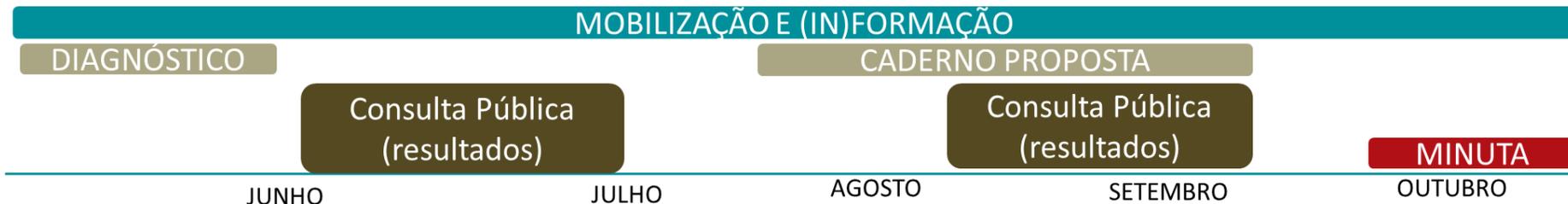
EVENTO	OBJETIVO	INTERFACE VIRTUAL	DATA	PÚBLICO	QUANTIDADE	TURNOS	DURAÇÃO
Consulta Pública por RPA (Devolutiva)	<p>Apresentação do Caderno de Propostas Preliminar e eleição de delegadas e delegados para a Conferência do Plano Diretor.</p> <p>Propõe-se que seja o momento para eleição de delegadas e delegados da Conferência do PD.</p> <p>A ser indicado, no detalhamento da mobilização, alternativas para transporte nas diversas microrregiões e a busca da alternância dos locais para maior cobertura.</p> <p>Conta com espaço de recreação para crianças.</p>	Disponibilização do Caderno de Propostas Preliminar para contribuição por no mínimo 21 dias.	Entre 31/07 e 09/08	Segmentos, lideranças comunitárias e público em geral (no mínimo 120 pessoas por evento)	06 consultas públicas (1 por RPA)	Noturno (terças, quartas e quintas)	04 horas
Oficina por Segmentos	Alinhamento das proposições por segmentos para validação da versão do Caderno de Propostas para a Conferência do Plano Diretor.	Não se aplica	Entre 13 e 16/08	Segmentos (60 pessoas)	04 oficinas	Manhã/tarde	04 horas

EVENTO	OBJETIVO	INTERFACE VIRTUAL	DATA	PÚBLICO	QUANTIDADE	TURNOS	DURAÇÃO
Capacitação e Conferência do Plano Diretor	Deliberação sobre o Caderno de Propostas para a Revisão do Plano Diretor.	Disponibilização do Caderno de Propostas (no mínimo 15 dias antes da Conferência) e Minuta Participativa (no mínimo mais 15 dias após a Conferência).	Entre 03 e 06/09 (Capacitação) 15 e 19/09 (Conferência) – a definir	Delegadas/os eleitos na Consulta Pública do Caderno de Propostas e observadoras/es 400 delegadas/os	01 dia (Capacitação) 02 dias (Conferência)	Manhã e tarde	08 horas

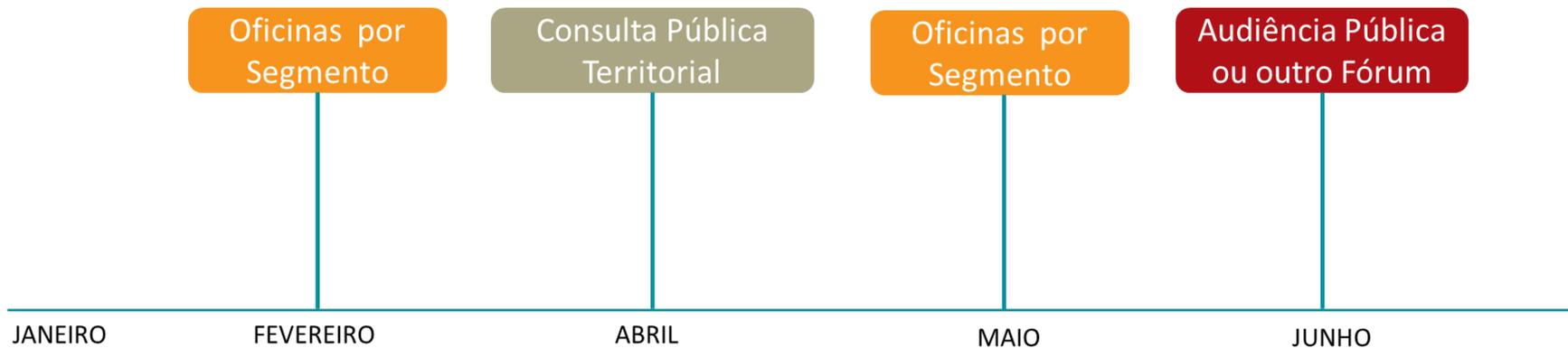
CRONOGRAMA PRELIMINAR DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL – LINHA DO TEMPO PLANO DIRETOR



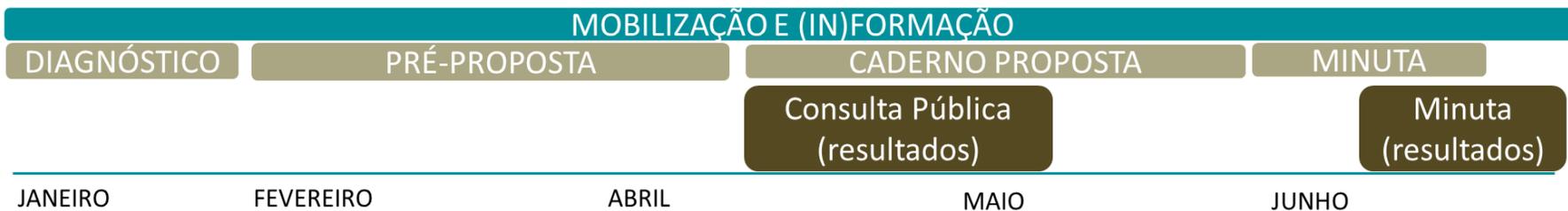
PARTICIPAÇÃO VIRTUAL



ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL – LINHA DO TEMPO (PRELIMINAR) DO PROCESSO DE REVISÃO DA LPUOS E INSTRUMENTOS



PARTICIPAÇÃO VIRTUAL



Contribuições deliberadas no GT POT e acrescentadas à proposta preliminar (Reunião Extraordinária em 24 de maio de 2018)

1. Realização de Audiência pública ou outro fórum a ser pactuado no âmbito do GT POT para as fases de LPUOS e Instrumentos.
2. Consultas territoriais – diagnóstico e proposição – por RPA (06). Indicativo do detalhamento da mobilização de transporte nas diversas microrregiões e a busca da alternância dos locais para maior cobertura no âmbito do GT POT.
3. Oficinas temáticas – Pelo menos 06 oficinas de discussão temática e pelo menos 04 oficinas por segmentos a serem definidas no GT POT